



8º Encontro Internacional de Política Social
15º Encontro Nacional de Política Social
Tema: Questão social, violência e segurança pública:
desafios e perspectivas
Vitória (ES, Brasil), 16 a 19 de novembro de 2020

Mesa coordenada Repensar a crítica da economia política de Marx.

Caráter mercantil do capitalismo, centralidade do trabalho e estranhamento

Mário Duayer¹
Núbia Vieira Cardoso²

O artigo sustenta que o estranhamento característico da sociedade capitalista é determinado por sua natureza mercantil. Para tanto examina as determinações essenciais do capitalismo decorrentes de sua natureza mercantil: o *valor* como caráter historicamente específico da riqueza sob o capital; o trabalho como atividade socialmente mediadora; forma de sociabilidade que unidimensionaliza os sujeitos como meros trabalhadores; a centralidade do trabalho na vida social; sujeição dos sujeitos à dinâmica do produto do trabalho; sentido da riqueza produzida perdido para os sujeitos.

Para tratar do tema desse artigo é importante iniciar com Lukács que, em sua *Ontologia*³ e baseando-se diretamente em Marx, oferece um capítulo inteiro dedicado ao complexo do trabalho. O propósito, no caso, consiste unicamente em destacar o caráter fundante do trabalho.

Na práxis a prioridade ontológica pertence ao trabalho, tendo em vista o seu caráter fundante. E para salientar o caráter fundante do trabalho, basta afirmar que tudo o que somos, o somos pelo trabalho. Mais do que isso: tudo o que somos pressupõe o contínuo aumento da produtividade do trabalho social – dada a dialética própria do trabalho. Todo o desenvolvimento do ser social, o desenvolvimento de suas capacidades e de seus desfrutes, tudo isso tem por condição o aumento da produtividade do trabalho. Toda diversificação e estratificação de esferas depende do aumento da produtividade do trabalho social. Por essa razão, o trabalho é categoria fundante do ser social. Não tem outro sentido a observação de Marx de que o trabalho é categoria supra-histórica do ser social; sempre existe independente da forma social.

Entretanto, consideradas essas determinações do trabalho, torna-se absolutamente necessário estabelecer a diferença entre categoria fundante e categoria central. De fato, se

¹ (Coordenador da Mesa); Prof. Dr. Mário Duayer. Universidade Federal Fluminense. E-mail: mduayer@uol.com.br.

² Doutoranda Geografia. Universidade Estadual do Rio de Janeiro. E-mail: nubiavcardoso@hotmail.com

³ Lukács (2012; 2013).

concordamos com Lukács de que o ser social é um *complexo de complexos complexamente articulados*; se, ainda com ele, admitimos que o desenvolvimento do ser social se dá pela permanente gênese e desenvolvimento de novos complexos e dissolução de outros; e se concordamos que as atividades humanas em todos os demais complexos só podem ser realizadas se liberadas do trabalho, segue-se que tais complexos e o tempo da vida social que consomem dependem do aumento da produtividade do trabalho social. Em outras palavras, atividades como estudar, pesquisar, escrever, compor, “politicar”, jogar, entre outras, somente podem ser realizadas se o tempo que demandam foi liberado pela economia, pela produção das condições materiais da vida. E o aumento da produtividade do trabalho é condição para a liberação desse tempo requerido pelas outras esferas.

Se, portanto, aceitamos que assim se caracteriza a dinâmica interna do ser social, podemos facilmente concluir que o desenvolvimento do ser social coincide com a redução progressiva do complexo do trabalho (da economia) em relação aos complexos dos quais é crescentemente constituído. Numa formula rápida, pode-se afirmar que o trabalho, sempre *fundante*, perde gradativamente sua *centralidade* com o desenvolvimento do ser social.

Nesse ponto, porém, esbarramos no que pode parecer uma contradição insanável. O máximo de desenvolvimento da produtividade do trabalho social em toda a história da humanidade deve-se à produção social organizada pelo capital. Sendo produção de valor, unidimensional, portanto, a produção capitalista está compelida a ser produção crescente. E produção crescente implica crescimento acelerado das bases técnicas e organizativas da produção. Por isso, é justamente nessa formação social, em que seria de se esperar a progressiva redução do trabalho na totalidade da vida social. No entanto, o que ocorre é precisamente o oposto: na vida social regrada pelo capital o trabalho assume absoluta centralidade.

Não seria o caso aqui de detalhar as críticas que essa interpretação permite fazer a inúmeras posições no interior da tradição marxista.⁴ Talvez no contexto do artigo seja interessante salientar que, se a crítica de Marx é crítica do trabalho no capitalismo, então muito da glorificação do trabalho, sua idolatria e o resultante encargo que isso implica para o trabalhador (em geral na figura do operário!) – nos emancipar a todos! –, dificilmente encontram amparo na obra marxiana.

⁴ Para exposição detalhada dessas críticas, ver Postone (2014) e Duayer (2012).

A rigor, a interpretação corrente de que Marx faz a crítica da sociedade capitalista do ponto de vista do trabalho, porquanto focaliza exclusivamente a categoria da exploração, reduz a crítica marxiana ao problema distributivo, passando por alto do ponto essencial da crítica, que diz respeito ao modo de produzir, ao modo de produção, produção de valor, precisamente o modo de organização da produção social que coage os sujeitos, como meros trabalhadores, a produzir cada vez mais, embora o sentido da produção esteja perdido para eles.

Assim entendida a crítica da economia política de Marx, cabe a indagação: se a interpretação de Marx proposta acima é defensável, ou seja, se admitimos que ele elabora uma crítica do trabalho no capitalismo, à centralidade do trabalho na vida social da moderna sociedade capitalista, como se pode pensar em uma crítica social crítica que não se concentre exclusivamente no problema da exploração e, por isso, não acabe sempre reduzindo a discussão ao problema da desigualdade, sem ser capaz de tocar no problema mais fundamental: que nós produzimos e reproduzimos com nossa prática o produto que nos subordina a sua dinâmica incontrolável? Como se pode recolocar a questão da nossa emancipação de estruturas de compulsão abstrata produzidas e reproduzidas continuamente por nossa prática, e que atualize a pergunta pelo sentido social do trabalho, ou pelo sentido do trabalho social, que na sociedade capitalista está perdido pelos sujeitos?

Referências

BHASKAR, R. **Reclaiming Reality**. London: Verso, 1993.

DUAYER, M.; MEDEIROS, J.L. 'Under-Labouring' for Ethics: Lukács' Critical Ontology. *In*: LAWSON, Clive et al. **Contributions to Social Ontology (Routledge Studies in Critical Realism)**. London: Routledge, 2006, pp. 102-123.

DUAYER, M. Marx e a crítica ontológica da sociedade capitalista: crítica do trabalho. Em Pauta, n. 29, pp. 35-47, 2012.

LUKÁCS, G. **Para uma Ontologia do Ser Social**. I. São Paulo: Boitempo, 2012.

LUKÁCS, G. **Para uma Ontologia do Ser Social**. II. São Paulo: Boitempo, 2013.

MARX, K. **Grundrisse**: Manuscritos econômicos de 1857-1858: Esboços da crítica da economia política. São Paulo: Boitempo, 2011.

POSTONE, M. **Tempo, trabalho e dominação social**: uma reinterpretação da teoria crítica de Marx. São Paulo: Boitempo, 2014.